

# Da claustrofobia à agorafobia. Cidade, confinamento e subjetividade

Junia de Vilhena\*

---

**Resumo** - Discute-se a importância do território como agenciador de subjetividades. As conseqüências da privatização do espaço público, por uma doutrina de *segurança*, que instala grades, cercas e outras barreiras, indicam uma colonização de nosso imaginário. A restrição da circulação pela cidade, a desconfiança mútua entre os territórios da favela e do asfalto são analisadas como fatores de influência nas formações subjetivas. A partir dessas reflexões, busca-se mostrar como essa apartação espacial está produzindo, coletivamente, uma nova sintomatologia psicopatológica – a agorafobia.

**Palavras-chave:** território; produção de subjetividade; paranóia; agorafobia; segurança.

---

## Introdução

Nenhuma identidade, seja ela individual ou coletiva, pode ser construída fora de sua cultura de referência. Nossos mitos estruturam as fantasias individuais e grupais, nosso imaginário produz determinações simbólicas na construção de nossas subjetividades. Produto e produtor de identidades, o território compõe o “ser” de cada grupo social, por mais que sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua.

O espaço é um campo de construção da vida social onde se entrecruzam, no tempo plural do cotidiano, os fluxos dos acontecimentos e os fixos – o incontável arsenal de objetos técnicos. Cada espaço é, portanto, glo-

bal e particular; expressa o mundo e condições próprias, singulares de sua constituição. “De acordo com a apropriação metafórica do espaço, o contexto entre diferentes posições subjetivas implica um julgamento simultâneo de identidade, como de diferença, um julgamento social sobre a identidade do sujeito e seu posicionamento *vis-à-vis* outros.” (Smith, 1994, p.74)

Segundo Marc Augé (1994), os “lugares” são fundamentais porque são identitários, relacionais e históricos. Os sujeitos ligam-se aos lugares e os reconhecem no curso de sua vida. Há o lugar onde se nasceu, aquele de onde se vem, onde se trabalha, o *lugar onde*

---

\* Doutora em Psicologia Clínica, Professora do Departamento de Psicologia e Coordenadora do Serviço de Psicologia Aplicada da PUC-Rio e Psicanalista do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. E-mail: vilhena@psi.puc-rio.br

*se mora*. Isto significa que o espaço pode ser simbolizado, ou seja, ganhar um lugar representacional no imaginário do sujeito.

Objetiva-se aqui discutir a importância do território como agenciador de subjetividades. Mais especificamente, analisaremos algumas das transformações subjetivas que vêm ocorrendo, à medida que, cada vez mais, alegando-se “razões de segurança”, o espaço público é privatizado, restringindo nossa circulação pela cidade.

Tentaremos mostrar como esta apartação espacial afeta, não apenas aqueles tradicionalmente vistos como “classes perigosas”, mas também a elite -, que além de sitiada em sua própria cidade, está produzindo, coletivamente, uma nova sintomática psicopatológica – a agorafobia.

### **A busca da ordem: diga-me onde moras e te direi quem és...**

Em meio à busca da ordem, a subjetividade sofreu diversas mutações. A busca de purificação do que se considerava impuro, o combate às doenças a partir da medicina social, a construção do indivíduo como parâmetro do mundo, são novas construções que constituem aquilo que se denominou Modernidade. Produziram-se, com isso, segregações e exclusões violentas. Poderíamos falar, aqui, de diversos exemplos, mas estas práticas de segregação do que não desejo ver, para receber apenas o que me seja agradável ao olhar, não

nos são estranhas. Há uma prevalência da busca do apreciável aos olhos, avaliada por padrões que quase sempre se referem a construções sociais, mas que assumem a posição de discursos de verdade.

Não resta dúvida que o conhecimento evoluiu na modernidade. Os pressupostos fundadores da ciência clássica serviram de paradigma para a produção de conhecimento em vários campos, da psicanálise, inclusive. Promoveram o progresso, a civilização e a criação de uma ideologia ou visão de mundo. Mas cabe lembrar que o Iluminismo, esse mesmo paradigma que trouxe as luzes trouxe, a reboque, a exclusão e o preconceito, ou seja, as sombras (Vilhena; Santos, 2000).

O racionalismo das Luzes era humanista: associava o respeito e o culto do homem – concebido como ser livre e movido pela razão – à ideologia de um universo integralmente lógico, em busca de progresso e emancipação. As Luzes promoveram o saber empiricamente fundado e verificável.

O princípio de universalidade do racionalismo, exaltando a concepção de homem, contribuiu para a emancipação dos escravos e oprimidos e para a idéia de igualdade dos direitos humanos. O homem, sujeito da Razão, esvaziado de toda a afetividade (ou irracionalidade), permitiu universalizar a idéia de liberdade. Porém, como bem afirma Morin (1991), estes princípios universais, por terem um caráter totalmente abstrato, constituíram-se sobre a ocultação das diferenças culturais,



individuais, ou seja, sobre as particularidades do ser humano singular (Vilhena; Santos, 2000).

Uma das conseqüências disso seria o desprezo pelo diferente, considerado inferior. Populações primitivas, atrasadas, subdesenvolvidas e certas etnias, compõem essa categoria do “diferente”, recusada pelo olhar daquele que se diz dotado de uma razão superior.

Cevasco e Zafirooulos (2001) utilizam a expressão *narciso pós-moderno*, para definir o sujeito que se constitui sob o direito de ser absolutamente igual a si mesmo – reagindo a toda e qualquer diferença, defendendo distintas formas de expressões racistas, rivalidades e demais manifestações da dialética do um ou outro – palco privilegiado para atos violentos.

Lamentavelmente, não é preciso ir muito longe nem na geografia nem na temporalidade histórica: os moradores das comunidades-favela que o digam.

Como afirma Zamora (1992), sobre migrantes nordestinos, a identidade que precede o sujeito traduz-se em vocabulário intelectual como carente, marginalizado, transgressor. A vivência é aprisionada em pseudo (ou seria “psi”?) categorias de carência, fracasso e perigo. A história de vida é presumida: talvez, na infância, o pai bebesse; talvez a mãe tivesse múltiplos companheiros; este outro é nordestino, “paraíba”, portanto, apenas carne dócil para o trabalho rude... Somem desses homens, mulheres e crianças que

viraram suco – os corpos, as vozes, as formas de resistência, os cheiros. Eram pessoas, mas viraram massa (Vilhena; Zamora, 2002).

A cidade teme o favelado. Permite que seu olhar seja impregnado pelas construções históricas sobre as favelas, cristalizando o seu cotidiano e sentido. Pouco a conhece, mas teme seus moradores e responsabiliza-os pela violência da cidade. A esses, os excluídos pelos critérios hierarquizantes dessa Razão superior, o racionalismo humanista alijou da condição de liberdade e do acesso aos direitos cívicos.

Para Freud, (1930 [1929]), nos grupos humanos há sempre a necessidade de se formarem pequenos círculos para designar como inimigos quem fora deles estiver – esta seria uma via de solução para a pulsão de destruição. A lógica do traço identificatório diferencial regeria a aversão que se produz entre comunidades vizinhas ou mesmo aparentadas - *narcisismo das pequenas diferenças*, como Freud denominou em *O mal estar na civilização*.

Em *Moisés e o monoteísmo* [1939], nas reflexões sobre o anti-semitismo, Freud assinala como a intolerância se manifesta muito mais no tocante às pequenas diferenças do que nas divergências fundamentais – o ódio ao “quase semelhante”. Neste caso, o ódio encontra seu objeto precisamente no campo do próximo, do semelhante – aquele a quem deveríamos amar, como nos ensina o mandamento: amarás o próximo como a ti mesmo.<sup>1</sup>



Há um traço específico nas violências modernas oriundo dos ideais de igualdade, de individualismo e autonomia – a intolerância ao outro. Os filhos desse social encontram-se perturbados à procura desesperada de uma referência que lhes dê um sentimento de pertencimento, de inclusão. Como aponta Calligaris (1991), sem a dimensão da filiação, exercer a própria subjetividade é muito difícil, restando ao sujeito, muitas vezes, apenas um destino de sofrimento e loucura.

O instigante trabalho de Vergne (2002) aponta como a rejeição a um determinado modelo de sujeito produz sofrimento que se baseia em ideologias, de forma, cor, etnia e cultura. A todos estes fatores sobre a população favelada ainda recai o estigma da pobreza, freqüentemente, associada ao perigo..

Segundo o autor, há um modo predominante de olhar para a favela, mesmo dentro da academia: ela é violenta e violentos são seus moradores. A favela aparece como um lugar, nas grandes metrópoles brasileiras, onde a estranheza na relação com o outro surge de modo insistente. O morador da favela é tido como perigoso mesmo nos discursos que falam sobre o respeito à diferença, ao reconhecimento da singularidade e à busca de conhecer modos de vida diferentes. Por que isso ocorre?

Não sendo possível ignorar a favela, aprendemos a temê-la e a rejeitar seus moradores, vistos como massa uniforme de um monstro subterrâneo, prestes a destruir nosso mundo “ordenado” e “coerente”. Construimos, as-

sim, uma realidade de uma única face, sem diferenças, nuances, ou contrastes. Ao morador de favelas não é permitida uma voz diferente do que desejamos escutar; freqüentemente sua diferença é patologizada ou criminalizada. O “exótico” substitui o lúdico e a criatividade.

Embora não se fale mais no fim das favelas (dado que atualmente são mais de um milhão e meio de moradores na cidade do Rio de Janeiro), sua imagem, construída cotidianamente na mídia, é a de que ela porta uma violência ímpar. A responsabilidade é quase sempre imputada aos seus próprios moradores. O discurso da guerra contra o tráfico põe, nas páginas policiais e nas telas de televisão, a imagem insistente do policial com o fuzil apontado em direção ao morro. Os moradores são mostrados, constantemente, sem rosto. Enquanto isso, as mortes diárias ocorridas em bairros pobres da cidade, por ação do tráfico e da polícia, são silenciadas.

Segundo Rocha (2000), o momento de maiores riscos para a conquista de concepções políticas mais democráticas é justamente a época de convivência pacífica e paternalista com o poder do narcotráfico, o que se traduz na substituição das obrigações básicas do Poder Público junto à população favelada.

Em sua teorização sobre o narcisismo, Freud destaca a necessidade de que condições mínimas de investimento libidinal sejam criadas sobre o corpo da criança para que ela crie um projeto de vida possível e se reconhe-



ça como parte da cultura. Contudo, permanece também o risco (que todos continuamos mantendo pela vida afora) de que os sujeitos se encurralem no sofrimento atroz daquilo que Freud, em 1929, enunciou como sendo o narcisismo das pequenas diferenças, mencionado anteriormente.

Qualquer sinal de diferença, de risco de não satisfação, de não reconhecimento pode reconduzir à experiência do desamparo primordial e aos becos sombrios e tenebrosos da violência contra o outro que nos ameaça. Em outras palavras, a ampliação dos mecanismos narcísicos potencializa os mecanismos de impotência e desamparo constitutivos do sujeito, dificultando as práticas de solidariedade social. Seus efeitos acentuam as reações de segregação, o antagonismo e o ódio em relação ao diferente, tornando maiores e insuportáveis “as pequenas diferenças” entre o sujeito e o outro.

Enquanto isso, a cidade adormece com medo. Medo da bala perdida que pode vir do morro, medo de que o “morro possa descer” um dia, entre diversos outros medos. Medo este que faz afastar o olhar da imagem que se abre diante das janelas dos apartamentos e dos carros, e que os projetos urbanísticos buscam ocultar. Mas, apesar do medo, a cidade prossegue tranqüila, pois crê saber de onde vêm a desordem e o mal. (Vergne, 2002)

Segundo Costa (1984), a imagem construída pelo meio social, nas relações com os próximos, com a cultura, é fator para a

constituição do sujeito. São imagens sobre as quais ele buscará identificar-se como forma de construção de afetos, de contato e de troca. São modos de olhar a si mesmo que permitirão construir caminhos subjetivos em meio ao cotidiano.

Quando a identidade é construída sem os referentes narcísicos necessários – valorização social do trabalho, identificação com os pares (sexo e classe), acesso ao lazer e à cultura – há um rebaixamento da auto-estima. Do sujeito desqualificado socialmente, não podemos esperar muito em termos de transmissão de autoridade familiar e de compromisso com a sociedade.

Ao examinar as condições de vida de moradores dos aglomerados de exclusão no Rio de Janeiro, podem-se encontrar, em suas histórias particulares, sucessivas experiências de desenraizamento forçadas pela intervenção do Estado. Há desde a experiência de uma migração motivada por busca de emprego e salário – passando pelas traumáticas situações relacionadas às remoções das favelas –, até os deslocamentos para fronteiras mais distantes das periferias provocadas pela valorização das áreas urbanas que antes ocupavam. A instabilidade provocada por este desenraizamento vai surgir como um traço formador desta cultura (Vilhena, 2002a).

É preciso, contudo, estar atento à dimensão criativa e às táticas de resistência e sobrevivência que caracterizam muitas vezes estes espaços. A segregação espacial – expressão

dos processos de desigualdade social – produz grupos que se distinguem por uma afinidade de valores e modos de vida comuns, por estratégias de enfrentamento da vida cotidiana semelhantes, que interagem com o ambiente urbano mais geral. Esta segregação espacial geraria o que Simmel [1902] denominou de *vida mental* produzida pelas cidades

Como analisa Santos (2000), no estudo sobre a comunidade da Rocinha, grande parte da população aí residente migrou do Nordeste em busca de melhores condições de vida. Esse processo de desenraizamento leva à perda de referências identificatórias importantes, assim como à vivência de um sentimento de não pertencimento ao novo espaço social urbano, objetivamente estranho e hostil.

Porém, qualquer um que passeie pelas ruas da comunidade irá observar a profusão de objetos/símbolos da cultura nordestina, que tanto afirmam a separação, a descontinuidade e a desterritorialização, quanto restabelecem a continuidade – o sentimento de continuar sendo –, promovendo a construção de um novo território a partir da sobreposição da cultura de origem com a cultura local.

Portanto, pode-se dizer que todos esses aspectos transculturais, incluindo aqueles relativos à linguagem, são criados neste espaço potencial, onde predomina a experiência e os fenômenos transicionais. Esta sobreposição instaura uma área intermediária onde o subjetivo do Nordeste e do Rio de Janeiro se encontram, criando esse cenário tão alegórico!

É curioso observar o transicional na linguagem: as mulheres entrevistadas não ficam grávidas, mas “botam barriga”; não ficam ansiosas ou angustiadas, mas “as carnes tremem”; não menstruam, mas “se formam”, e assim sucessivamente. Elas “carregam” essas expressões – tal como as crianças carregam seus objetos transicionais –, no contexto do linguajar urbano carioca.

As soluções criadas pelos sujeitos, na luta cotidiana pela sobrevivência, freqüentemente mobilizam um arsenal de recursos que nem sempre estão dentro da legalidade ou, no mínimo, encontram-se em zonas de fronteira. Essas estratégias trazem, com isto, as marcas do abandono a que estes indivíduos encontram-se relegados no plano das políticas públicas.

Desse modo, as relações entre os diferentes segmentos sociais nos percursos da cidade acontecem atravessadas pela desconfiança e o temor ao outro. Conseqüentemente, os canais de comunicação e os espaços de convivência se tornam ainda menores, aprofundando a incomunicabilidade entre eles na vida da metrópole.

### **Entre quatro paredes ou da claustrofobia à agorafobia**

Em seu trabalho acerca da sociabilidade e isolamento nas favelas cariocas, Zamora (1999) chama atenção para uma modificação em termos da sociabilidade comunitária





provocada, sobretudo, pelo agravamento da violência nos morros cariocas. Vítimas tanto dos marginais quanto da polícia, grande parte da população vive um confinamento, desconhecido até tempos atrás. A cerveja na biroscas, as brincadeiras na rua, as visitas das comadres são freqüentemente ameaçadas pelos constantes tiroteios e pela violência policial.

Contudo, estamos habituados a conviver com a idéia de que isto ocorre por ser a favela o território da violência. Mecanismos socioculturais de distanciamento e hierarquização possibilitam a existência e manutenção de mapas de navegação social que levam uma minoria privilegiada a estabelecer uma relação de exclusão no tocante ao povo como um todo, não elaborando identificação alguma com as vítimas da violência, a não ser quando esta atinge alguém de seu círculo imediato.

Porém, à desconfiança mútua e à exclusão social, a cultura da cidade responde redesenhando-a e traçando mapas de segregação socioespacial, que provocam efeitos nas produções subjetivas. Este desenho é denominado por Jameson de “mapeamento cognitivo”, que compreende não só a geografia física, mas se encontra mesclado pelas referências que orientam os sujeitos no desenho da cidade, visando a “permitir a representação situacional por parte do sujeito individual em relação àquela totalidade mais vasta e verdadeiramente representável que é o conjunto das estruturas da sociedade como um todo” (Jameson, 1996, p.77).

No mapeamento cognitivo estão registradas as estratégias de sobrevivência que os sujeitos vão traçando no curso das várias gerações. Esta é a “vida mental” produzida pelas cidades de que falamos anteriormente. É da *vida mental dos privilegiados* que vamos, agora, nos ocupar. Vou iniciar com um pequeno relato, aparentemente desconexo.

Há cerca de cinco anos, aproximadamente, após uma grande reforma no departamento da universidade, instalou-se uma porta de blindex, com interfone, cartão magnético, na nova ala que concentrava direção, coordenação de pós-graduação, secretarias e salas dos professores. Pela primeira vez dispúnhamos de salas próprias com computadores, espaços de pesquisa, auditório para defesa de teses e realização de conferências, copa-cozinha e banheiros privativos. Comparado com qualquer universidade pública ou mesmo privada, o novo ambiente em nada deixaria a desejar.

Porém, apesar de todo o conforto, algo insistia no meu incômodo – a porta de blindex, com o interfone e o cartão magnético. Afóra o incômodo do “obstáculo a ser transposto”, permanecia a sensação de que haviam escolhido como “perigosos” não mais os favelados, já que estávamos em uma universidade, mas os alunos, ou aqueles estranhos ao nosso departamento.

Certamente não vivo no mundo das nuvens: tranco as portas do meu carro, procuro tomar cuidado ao transitar por lugares escuros e sei da insegurança da cidade. Paralela-

mente, recuso-me a aceitar a idéia de ficar sitiada em minha própria cidade, abrir mão de seus espaços públicos, sem pelo menos tentar pensar os efeitos desses discursos. É esta a minha questão: a naturalidade ou o “fatalismo” com que todos os alunos e professores encaram o cerceamento progressivo da liberdade de transitar dentro de nossa universidade.

Freqüentemente discuto com os alunos o gradeamento progressivo da cidade – prédios (estes já datam de algum tempo), parques, praças e monumentos. Escuto, com freqüência, que “é assim mesmo”, “que não há outra saída”. Porém, é como se grande parte deles não entendesse sequer qual foco da discussão – ou mesmo, por que estaríamos discutindo. Ou seja, grades, cercas, muralhas e blindex foram naturalizados, como se sempre tivessem feito parte da paisagem da cidade e dos espaços por onde transitamos – ou não.

Se não posso propor a derrubada de blindex, interfonos, cartões magnéticos e das infundáveis grades, qual o meu objetivo ao escrever este texto? Proponho tentarmos entender qual o discurso subjacente a este “gradeamento” e quais as conseqüências que observamos.

Cada vez mais vamos nos acostumando com o fechamento paulatino dos espaços de convivência pelas grades. Assistimos (certamente com repercussões clínicas) a uma inversão histórica em uma tradição milenar da humanidade. O que agora causa pânico são os espaços abertos e não mais os fechados.

Temos medo de andar pelas ruas, pelas praças, pelas avenidas, como se do aberto, do público, da ágora, pudessem surgir os demônios das “classes perigosas”.

Sob a justificativa de uma política de segurança, estamos acabando com o comércio, com os cinemas, com a vida da rua, buscando incentivar, cada vez mais, a criação de *shopping centers*. Nada melhor do que tentar duplicar a cidade, sem o que de “desagradável” há nela – o diferente.

Jameson (1996) localiza o paradigma do trabalho no espaço contemporâneo no Hotel Bonaventure, construído por John Portman em Los Angeles. O hotel tem três entradas que conduzem o hóspede, não para o conforto de seu quarto, mas para um *shopping center*. O hotel aspira ser um espaço total, um mundo completo, uma espécie de cidade em miniatura.

Ao mesmo tempo, a este espaço total corresponde uma nova sociabilidade, segundo a qual os indivíduos se movem e se congregam na hipermultidão do consumo sem limites. Neste aspecto, o Bonaventure não deveria ter nenhuma entrada, uma vez que não quer ser parte da cidade, mas ser seu equivalente ou substituto. Ele conduz não a uma cidade mágica, mas à mágica ilusão de que podemos viver sem a cidade, circular infinitamente nos ritos da religião da mercadoria, sem feriados e sem descanso.

Na paranóia da segurança há uma colonização de nosso imaginário que se rende à inexorabilidade do fechamento, do distanciamento daquele que não mais reconheço



como meu semelhante. A privatização do espaço público esvazia o que de político há nele – o espaço aberto para as discussões – a *polis*.

Inspirado em Bentham, Foucault (1979) mostrou a dimensão de controle e vigilância que o olhar detém sobre o espaço. À medida que ele jamais é neutro, o que vemos pode nos agradar, nos incomodar ou nos dar medo. O olhar participa da experiência emotiva, e por vezes estética, que temos dos lugares.

Para Foucault, o controle exercido através dos espaços controlados –o autor toma como exemplo as cidades guaranis, fundadas pelos jesuítas na época das Missões – tem como objetivo a desmobilização política. Regidas por um controle absoluto da circulação interna das pessoas, dos seus horários e de quem podia entrar ou sair, esta seria a heterotopia de uma sociedade que se recusou a criar um espaço público.

No plano político temos a despolitização, uma vez que, quando eliminamos o público, abole-se o político. No plano individual, a sensação de enclausuramento, que frequentemente leva à depressão e ao empobrecimento, visto que as trocas coletivas ficam profundamente prejudicadas.

A paranóia da segurança traz ainda uma outra conseqüência: a busca incessante por controle e a crença de que seremos capazes de tudo controlar e de nos defendermos desta situação – mesmo que o preço a pagar seja o isolamento total. Esta parece ser a proposta do urbanismo moderno.

Se já é uma lamentável verdade nosso distanciamento em relação a uma grande parte de nossa população, estamos observando um fenômeno ainda mais assustador – pela colonização de nosso imaginário, é provável que em um curto espaço de tempo tenhamos uma geração que não mais saberá transitar pelo espaço público. E mais além, achará isto natural.

Porém as grades, os blindex e as cercas não são objetos inertes, são discursos que devem ser apreendido em sua lógica. Como aponta Carvalho (s/d), a cerca instaura um clima de guerra.

*Não sejamos ingênuos a ponto de achar que uma grade de ferro é uma mera barreira física que se abre e fecha ao comando de um guarda humilde comandado por um segurança...Ela é um discurso, um texto que desafia o sujeito por ela barrado a desvendar a quem ela obedece. Uma substituição metonímica muito conhecida comparece aí: destruir a cerca que tolhe o movimento livre passa a ser um modo de agredir a quem supostamente ordenou sua colocação. (p.14)*

O autor chama ainda a atenção para o caráter individualista dos aparatos de segurança e para os riscos que representam:

*(...) os aparelhos tecnológicos de segurança são geralmente concebidos para chamar, cada um, separada-*



*mente para a briga – se minha tarja magnética falhou, ou se a porta fechou para mim, terei me haver individualmente com a “segurança”. O discurso mudo da tecnologia da segurança é individualizar o cerceamento do acesso, de modo a mobilizar o ressentimento individual, muito mais fácil de vencer de que um contingente de pares mobilizados. Contudo, ao propor esta guerra silenciosa atomizada, estimula, necessariamente o aparecimento de inconformados violentos, no seio de coletivos, em geral, pacíficos. (id.ib.)*

## Conclusão

Difícilmente vemos a cidade como algo mutável, construída e destruída nos diversos momentos e finalidades do homem em sua interação criativa, e não raro predatória, com a natureza.

Parece-nos que a proposta de um certo urbanismo moderno acentua não apenas o isolamento, como também o esquecimento. A cidade já não é mais referência de uma memória coletiva e nem integra o passado. Suas ruas não são mais marcos e lembranças e nem são feitas para caminhar e evocar um passado presente.

Silvia Josephson (1994), ao analisar as formas como se organizam as relações entre

público e privado nestas formas de viver, aponta para o lugar ocupado pelos condomínios fechados de edifícios ou de casas. Alguns deles verdadeiras fortalezas, cujos efeitos adversos acabamos de discutir: tais condomínios são quase auto-suficientes, e seus moradores, freqüentemente, só saem para o trabalho, uma vez que o próprio condomínio oferece uma rede de serviços e de consumo.

Este indivíduo condominizado não se direciona para o espaço público – praças, ruas, vizinhos, uma vez que se encontra assentado em solitárias formas de convivência. Do Outro, visto como ameaçador ou como uma cópia imperfeita do Eu, é preciso se afastar, uma vez que o diferente deve ser banido de sua convivência.

O que é que o laço social vem disponibilizando ao sujeito contemporâneo? O que faz o reconhecimento do outro como semelhante e que permite a vida em comunidade? Segundo Saramago, “um mundo... que para todo sempre, declarasse intocável o direito de cada qual a ser *persa*, pelo tempo que quiser e não obedecendo a nada mais que suas próprias razões” (1998, p.25).

Persa, árabe, latino-americano, inglês ou hindu; católico, protestante, judeu ou muçulmano. Trata-se mais de buscar, simultaneamente, um *território-mundo*, de valores, direitos e deveres universais, que conviva com os singulares territórios de nosso grupo, nossa fratria, nosso coletivo, sempre respeitando a singularidade que é, não apenas inerente ao ser humano, mas fundamental na difícil tarefa do existir.



## Referências Bibliográficas

- AUGÉ, M. *Não-lugares: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.
- CALLIGARIS, C. *Hello Brasil!* São Paulo: Escuta, 1991.
- CARVALHO, J.J. Um mundo de grades. *Caros Amigos*, Rio de Janeiro, junho de 2000, p.12-14.
- CEVASCO, R.; ZAFIROPOULOS, M. *Odio y segregación*. Perspectiva psicanalítica de una obscura pasión. 2001, [mimeo.].
- COSTA, J. F. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Ed.el.. Rio de Janeiro: Imago, 2000 [1929-1930].
- \_\_\_\_\_. *Moisés e o monoteísmo*. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Ed.el.. Rio de Janeiro: Imago, 2000, [1939].
- JAMESON, J. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- JOSEPHSON, S. *A morte das ruas*. Estudos das relações entre público e privado nos condomínios exclusivos. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Piaget Publicações, 1991.
- ROCHA, A. *Cidade cerzada*. A costura da cidadania no Morro Santa Marta. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- SANTOS, A. *Clínica psicanalítica em comunidades: um campo complexo de atuação diferenciada*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 2000.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SARAMAGO, J. Chiapas. Nome de dor e esperança. In: *Folha de S. Paulo*, 7 junho 1998, Caderno 1, p.25.
- SIMMEL, G. A metrópole e vida mental. In: VELHO, G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 [1902].
- SMITH, N. Geography, difference and the politics of scale. In: DOHERTY, J., GRAHAM, E., MALEK, M. (Orgs.) *Post Modernism and the Social Sciences*. Londres: MacMilan, 1994
- VERGNE, C. *A história dos rostos esquecidos. O olhar oficial sobre as favelas cariocas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 2002.
- VERGNE, C.; VILHENA, J. As imagens da exclusão. Um estudo sobre as favelas cariocas. *Livro de resumos do VIII Colóquio Internacional de Sociologia Clínica e Psicossociologia*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 37.
- VILHENA, J. Do bem e do mal no discurso dos evangélicos. Reflexões psicanalíticas. *Psychê. Revista de Psicanálise*, n.11. São Paulo: Unimarco, 2003.
- \_\_\_\_\_. Da cidade onde vivemos à uma clínica do território. Lugar e produção de subjetividade. *Pulsional Revista de Psicanálise*, n.163, 2002a, p 48-54.



- \_\_\_\_\_. A arquitetura da violência. Reflexões acerca da violência e do poder na cultura. *Cadernos de Psicanálise*, n.21. Rio de Janeiro: SPCRJ, 2002b, p.181-200.
- VILHENA, J.; ZAMORA, M. H. Being a Child in a Brazilian Slum. *Clio's Psyche. Psychobistory Forum*. The Psychohistory Forum, n.1, 2002, p16-18.
- VILHENA, J.; SANTOS, A. Clínica psicanalítica com comunidades. Um desafio contemporâneo. *Cadernos do Tempo Psicanalítico*, n.32. Rio de Janeiro: SPID, 2000, p. 9-35
- ZAMORA, M. H. *Saber viver: táticas de sobrevivência do migrante nordestino no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Textura áspera. Confinamento, sociabilidade e violência em favelas cariocas*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, 1999.

---

**Abstract** – *The importance of the territory as a promoter for subjectivity is discussed in this article. The consequences of the privatization of public space by means of a security doctrine, which installs grids, fences, and other barriers lead to a colonization of our imaginary. The circulation confinement inside the city, mutual distrust between the slums and asphalt territories are analyzed as influent aspects in the subjective formations. Based on such premises, this is an attempt to demonstrate how this spatial apartheid is collectively producing a new psychopathologic symptomatology – the “agorafobia”.*

**Keywords:** territory; subjectivity production; paranoia; “agorafobia”; security.

**Resumen** – *Se plantea la importancia del territorio como agente de subjetividades. Las consecuencias de la privatización del espacio público, por una doctrina de seguridad, que instala enrejados, cercas y otras barreras apuntan a una colonización de nuestro imaginario. Se analizan la limitación de la circulación por la ciudad, la suspicacia mutua entre los territorios de la favela (villa-miseria) y de las calles pavimentadas como factores influyentes en las formaciones subjetivas. A partir de esos planteos, se busca mostrar como esa segregación espacial produce, colectivamente, una nueva sintomatología psicopatológica – la agorafobia.*

**Palabras-clave:** territorio; producción de subjetividad; paranoia; agorafobia; seguridad.

---



### Notas

Um bom exemplo, para não acreditarmos que a discriminação vem apenas “de cima para baixo”, como tradicionalmente observamos, seria o preconceito encontrado também entre negros, pobres e os religiosos, moradores de uma mesma comunidade que, freqüentemente, utilizam-se da expressão “eu não me misturo”. Para uma análise mais detalhada, ver Zamora (1999) e Vilhena (2000, 2002a, 2002b, 2003).



